

MONITORAMENTO DOS PLANOS DECENAIAS DE EDUCAÇÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS (2014-2022)

Márcia Bueno Gomes – UEMS/UFGD
marciagomes@uems.br

Introdução

O planejamento educacional possui caráter técnico de determinar os meios para a efetivação do direito à educação, mas também possui contornos políticos, sociais e científicos (Luckesi, 1992); sendo que tem se revelado mais como um campo de disputas entre diferentes atores e visões do que como projetos educacionais efetivos (Dourado, 2007).

No Brasil, foram aprovados 3 Planos Nacionais de Educação (PNEs): 1962, que nunca se concretizou na prática (Santos; Amaral, 2020); 2001, que representou muito mais uma carta de intenções do que o planejamento de uma política de Estado (Dourado, 2007); 2014, que teve o mérito de institucionalizar o processo de monitoramento e avaliação de suas metas (Aranda, Rodrigues e Militão, 2020).

A Lei Federal n. 13.005/2014, que aprovou o último PNE, é composta por 14 artigos e um anexo com 20 metas e 255 estratégias, nos quais determina que estados, Distrito Federal e Municípios, aprovem seus respectivos planos decenais de educação e colaborem no processo de monitoramento e avaliação das metas destes planos (Brasil, 2014).

Nesse cenário, buscou-se investigar se as pesquisas acadêmicas – teses e dissertações – têm abordado a questão do monitoramento dos Planos Decenais de Educação: Plano Municipal de Educação (PME), Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Nacional de Educação (PNE).

Monitoramento dos Planos Decenais de Educação nas pesquisas acadêmicas

Para tanto, buscou-se no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o termo “Monitoramento do Plano Nacional de Educação” e se aplicou os filtros: grande área do conhecimento Ciências Humanas; publicados no período 2014-2022; áreas do conhecimento: Ciência

Política, Educação, Ensino-aprendizagem, Planejamento Educacional e Políticas Públicas.

Desta forma, obteve-se 67 trabalhos, nos quais se realizou a análise de conteúdo (Bardin, 2009) dos títulos e resumos. Por tratarem de questões específicas sem estabelecer relação com o PNE, os PEEs ou os PMEs, foram excluídos 51 trabalhos que abordavam temas como: Educação Superior, Educação Infantil, Educação do Campo, Educação Especial, Formação e Valorização Docente. Assim, restaram 16 trabalhos, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Teses e Dissertações selecionadas*

Trabalho	Título	Autor/a	Instituição	Ano
Teses	Planejamento, participação e monitoramento: Análise do Plano Estadual de Educação de Alagoas	Jacy de Araujo Azevedo	UFAL	2021
	Plano Municipal de Educação de Corumbá, MS: o processo de materialização da Meta 7 – Qualidade da Educação Básica (2015-2018)	Marco Antônio Oliva Monje	UCDB	2019
	Meta-avaliação em planejamento educacional: o processo de monitoramento e avaliação do PME/Dourados em foco	Evally Solaine de Souza Rodrigues	UFGD	2022
	O processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação em Pernambuco no período de 2016-2018	Celia Maria Vieira dos Santos	UFPE	
	Dinâmicas, discursos e estratégias dos atores atuantes no processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC)	Marcia Cecilia Vassoler	UNIVALI	2019
	Planos de educação e qualidade: dimensões das políticas públicas no Brasil	Robson Antônio dos Reis Veiga	UFU	2022
Dissertações de mestrado	Educação Infantil no Plano Municipal de Educação: desafios e possibilidades em Nova Iguaçu/RJ. 23/06/2022	Fernanda de Almeida	UFRRJ	2022
	Avaliação e monitoramento dos planos municipais de educação na Região Cone Sul/MS (2015-2017)	Josiane Caroline de Souza Salomão Correa	UFGD	2019
	O Ideb e a meta 7 do plano nacional de educação (2014- 2021): repercussões no sistema de ensino do município de Cáceres-MT	Samara Assunção Valles Jorge	UNEMAT	2021

	Plano Municipal de Educação de Ladário-MS (PME 2015-2025): Estratégia 2.5 da Meta 2 - Ações Intersetoriais de Monitoramento e Acompanhamento do Acesso, da Permanência e do Aproveitamento Escolar dos Estudantes do Ensino Fundamental (2015-2020)	Raimundo Pinheiro Santos Neto	UCDB	2023
	A participação do Conselho Municipal de Educação no monitoramento e avaliação dos planos de educação em municípios paranaenses.	Ana Lucia Rodrigues	UFPR	2021
	A participação social no monitoramento e avaliação dos planos de educação dos municípios da Zona da Mata Mineira	Rosângela dos Santos	UFPR	2020
	Planejamento Educacional no Estado de Mato Grosso e Plano Estadual de Educação: Monitoramento, avaliação e adequação Cáceres-MT 2020	Maria Salete da Silva Seba	UNEMAT	2020
	Educação do campo em São Gonçalo dos Campos-BA: uma análise a partir do Plano Municipal de Educação	Lizandra Almeida Souza	UEFS	2023
	Planejamento educacional em contextos municipais: o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Taubaté	Eduardo Castilho	USP	2021
	Planejamento educacional e seu monitoramento: o caso de São Luís do Maranhão	Eliana Maria Pereira	UFJF	2021

Fonte: Elaborado pela autora para este trabalho.

* As informações dos trabalhos foram reunidas no Quadro, suprimindo-as das referências ao final do texto.

As teses selecionadas tratam sobre o tema dos planos decenais de educação com diferentes enfoques: Azevedo (2021), Vassoler (2019) e Veiga (2022) analisaram o monitoramento e a avaliação dos PEEs, enquanto Santos (2022), Rodrigues (2022) e Monje (2019) focaram suas análises nas relações entre o PNE e os PMEs. Destaca-se que Rodrigues (2022) teve como foco o município de Dourados-MS, já Monje (2019) focou suas análises no município de Corumbá-MS; Santos (2022), por sua vez, fez análises comparativas entre 6 municípios pernambucanos.

Quanto às dissertações, Pereira (2021) analisou o PME a partir da abordagem de avaliação e monitoramento da Meta 7 do PNE, enquanto que Seba (2020) analisou o monitoramento e a avaliação do PEE de MT.

A maior parte das dissertações abordaram os PMEs com enfoques específicos: avaliação e monitoramento (Correa, 2019; Castilho, 2021; Rodrigues, 2021; Neto, Raimundo 2023; Santos, 2020); educação do campo (Souza, 2023); acompanhamento da

educação infantil (Almeida, 2022) e avaliação da qualidade da educação básica (Jorge, 2021).

Rodrigues (2022) e Santos (2022) analisaram municípios de MS, porém suas discussões não estabeleceram comparações entre estes municípios. Corrêa (2019), por sua vez, analisou monitoramento e avaliação em 6 municípios sul-mato-grossenses, nos anos 2015-2017, com foco no papel dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs). No entanto, a autora não teve por objeto as práticas realizadas por outros membros das Comissões Municipais de Monitoramento e Avaliação dos PMEs.

Por fim, observou-se que as discussões têm abordado questões específicas sobre os planos decenais, entretanto, carece de discussões sobre avaliação dos planos decenais de educação.

Considerações Finais

Este estudo revelou que, embora haja um crescente interesse em analisar os planos decenais de educação, especialmente os PMEs, as investigações sobre o monitoramento e a avaliação desses instrumentos ainda são incipientes. Além disso, destaca-se alguns pontos como possibilidades para novas pesquisas: **a)** a maior parte dos trabalhos concentra-se nos PMEs, com destaque para análises de casos específicos e na participação de atores como os CMEs; **b)** há uma carência de pesquisas que aprofundem a análise das metodologias e instrumentos utilizados para avaliar a implementação dos planos, bem como dos resultados alcançados; **c)** há uma concentração de estudos em determinadas regiões do país, indicando a necessidade de se ampliar a abrangência geográfica das investigações.

Referências

ARANDA, Maria Alice de Miranda; RODRIGUES, Evally Solaine de Souza; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. Monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação: a produção do conhecimento no Brasil. **Revista Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602020000100203&tlang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 13.005, de 25 de julho de 2014**. Aprova o Plano Nacional

de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 dez. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Planejamento e Avaliação na Escola**: articulação e necessária determinação ideológica. Série Ideias, n. 15. São Paulo: FDE, 1992, p. 115-125. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=014>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SANTOS, Alessandra de Oliveira; AMARAL, Vinicius Correia. **Apontamentos sobre o percurso histórico do Plano Nacional de Educação**: continuidade na descontinuidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020.